

41

JUN/JUL
2021

REVISTA BRASILEIRA DE
**DIREITO
COMERCIAL**
EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL
E DO CONSUMIDOR

LEX MAGISTER



IASP

INSTITUTO DOS ADVOGADOS
DE SÃO PAULO

Revista Brasileira de Direito Comercial Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

Ano VII – Nº 41

Jun-Jul 2021

Editor

Fábio Paixão

Coordenação Científica

Fábio Ulhoa Coelho – Ives Gandra da Silva Martins

Maurício Prazak – Newton De Lucca

Conselho Editorial

Alberto Camiña Moreira – Alfredo de Assis Gonçalves Neto – Ana Frazão

Armando Luiz Rovai – Clovis da Gama Malcher Filho – Ivo Waisberg

José Anchieta da Silva – Rachel Sztajn – Uinie Caminha

Colaboradores deste Volume

Bruno Furtado Silveira – Eliaidina Wagna Oliveira da Silva – Fábio Ulhoa Coelho

Isabela Leite Imada – Joelma Araújo Rufino da Silva

Joseane Maria de A. R. Pessoa de Albuquerque – Karine Somavilla Manfio

Maisa Bernachi Baptista – Maurício Ávila Prazak

Rafaela Pinto da Costa Bezerra Cunha Sousa – Vinícius Rosa Bezerra

Revista Brasileira de Direito Comercial

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com.br. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 5.000 exemplares.

Revista Brasileira de Direito Comercial

v. 1 (out./nov. 2014) – Porto Alegre: Magister, 2014

Bimestral

v. 41 (jun./jul. 2021)

ISSN 2359-1137

1. Direito Comercial – Periódico. 2. Direito Concorrencial – Periódico.
3. Direito do Consumidor – Periódico.

CDU 347.7(05)

CDU 346.1(05)

CDU 347.451.031(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Sumário

Doutrina

1. Cláusula Compromissória de Arbitragem e Compromisso Arbitral: Possível Violação do Princípio Constitucional da Inafastabilidade da Jurisdição
Bruno Furtado Silveira 5
2. *Insider Trading*: da Falha de Mercado à Tutela Jurídica Coletiva
Vinícius Rosa Bezerra e Maurício Ávila Prazak 29
3. Recuperação Judicial de Associações Cíveis sem Fins Lucrativos: a Ampliação da Lei nº 11.101/05 sob a Ótica da Hermenêutica Jurídica
Joelma Araújo Rufino da Silva e Joseane Maria de A. R. Pessoa de Albuquerque 65
4. O Impacto do Ativismo das Redes Sociais como Fator de Transformação da Responsabilidade Social da Empresa
Eliaidina Wágna Oliveira da Silva 85
5. O Advento da Sociedade Limitada Unipessoal no Direito Brasileiro: uma Breve Análise da Evolução da Limitação da Responsabilidade do Empresário que Opta por Atuar de Forma Individual
Maisa Bernachi Baptista 98
6. Teoria do Adimplemento Substancial Aplicada nos Contratos no Período Pós-Pandemia
Isabela Leite Imada e Rafaela Pinto da Costa Bezerra Cunha Sousa 110
7. A Relação entre a Obrigação Geral de Segurança na Lei Portuguesa e a Proteção à Saúde e à Segurança no Código de Defesa do Consumidor Brasileiro
Karine Somavilla Manfio 128

Parecer

1. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da Empresa Falida
Fábio Ulhoa Coelho 141

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Propriedade Intelectual. Marca *Versus* Nome Empresarial e Nome de Domínio. Uso Indevido de Marca Alheia Anteriormente Registrada. Impossibilidade de Coexistência. Prazo Prescricional. Termo *A Quo*. Dano Permanente
Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino 170

2.	Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Direito do Consumidor, Civil e Processual Civil. Não Conhecimento Parcial do Recurso. Ausência de Pressuposto Extrínseco de Admissibilidade, Relativo à Regularidade Formal. Inovação. Ocorrência. Ação de Indenização. Serviços Educacionais. Relação de Consumo. Responsabilidade Civil Objetiva. Perda de Avaliação Parcial. Má Prestação do Serviço. Não Demonstração. Pedido Improcedente. Sentença Mantida. Recurso Não Provido <i>Rel. Des. Amorim Siqueira</i>	184
3.	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Ação de Cobrança. Contrato de Cessão de Camarote em Estádio de Futebol. Inadimplemento Contratual. Código de Defesa do Consumidor. Inaplicabilidade <i>Rel^a Des^a Maria Thereza Barbieri</i>	191
4.	Tribunal de Justiça de São Paulo – Ação de Dissolução Parcial de Sociedade, em Fase de Cumprimento Definitivo do Título Judicial. Decisão que Declarou Fraude à Execução em Relação a Quatro Bens Imóveis. Inconformismo de um dos Devedores. Acolhimento <i>Rel. Des. Grava Brazil</i>	199
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários		203

Recuperação Judicial de Associações Civis sem Fins Lucrativos: a Ampliação da Lei nº 11.101/05 sob a Ótica da Hermenêutica Jurídica

JOELMA ARAÚJO RUFINO DA SILVA

Advogada; Membro da Comissão de Incentivo à Produção Científica e Jurídica no MS-CIPCJ e da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher-COMCEVID; Especialista em Direito Empresarial pela Faculdade Legale (2020) e em Gestão Pública pela Universidade Federal do Maranhão (2019); Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2019) e em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná (2012); e-mail: joelmarufino84@gmail.com.

JOSEANE MARIA DE A. R. PESSOA DE ALBUQUERQUE

Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (2015); Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2009); e-mail: joseane.m.araujo.r@gmail.com.

RESUMO: Em um cenário de crise econômico-financeira, há que se refletir sobre o alcance e os limites da Lei de Recuperação de Empresas e Falência – LREF (Lei nº 11.101/05), em prol da preservação das atividades desenvolvidas por agentes econômicos não incluídos e nem excluídos pela Lei em epígrafe, cuja proteção legal estão nos benefícios da recuperação judicial, da recuperação extrajudicial ou da falência como mecanismos de reestruturação. Assim, partindo dessa contextualização, o objetivo do artigo é pautado na apresentação da aplicabilidade do conjunto normativo do regimento jurídico em um cenário de situação de crise enfrentado pelas associações civis sem fins lucrativos, no cerne da hermenêutica jurídica, em casos concretos da esfera judicial brasileira como o deferimento da recuperação judicial da Casa de Portugal, da Associação Educacional Luterana do Brasil – Aelbra, bem como da Associação Sociedade Brasileira de Instrução – ASBI e Instituto Cândido Mendes – ICM, mantenedora da Universidade Cândido Mendes – UCAM. Ademais, a análise parte do alicerce doutrinário, jurisprudencial e de precedentes, abordando conceitos e discorrendo sobre os impactos e as implicações pertinentes aos aspectos da Lei nº 11.101/05.

PALAVRAS-CHAVE: Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Falência. Empresa. Agentes Econômicos.